

Sensos, Consensos e Dissensos: Itinerários Geopolíticos de Ratzel a Lacoste

Sandra Rodrigues Braga⁸⁵

Resumo

O presente trabalho analisa as principais escolas do pensamento geopolítico clássico, inaugurado por Ratzel. Inicia-se com o almirante Mahan e suas premissas sobre o poder marítimo, que preparam as condições para a hegemonia naval dos Estados Unidos. Discorre, a seguir, sobre o geógrafo britânico Mackinder, que defende a tese do poder terrestre baseado no controle do núcleo do continente eurasiático, então território da Rússia czarista. Ratzel, Mahan e Mackinder influenciam o general alemão Haushofer, que estigmatiza a geopolítica como arma do nazismo. Enquanto isso, nos Estados Unidos, a obra de Nicholas Spykman consolida a centralidade da geopolítica na elaboração da política externa daquele país; e na Europa, é apenas em 1976, com a publicação de *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, que a geopolítica é resgatada por Yves Lacoste, desta vez como contributo ao avanço da democracia.

Palavras-chave: História da Geopolítica; Escolas Geopolíticas; Pensamento Geopolítico.

Resumen

El actual trabajo analiza las principales escuelas del pensamiento geopolítico clásico, inaugurado por Ratzel. Inicia con el almirante Mahan y sus premisas en el poder marítimo, que preparan las condiciones para la hegemonía naval de los Estados Unidos. Él diserta, adelante, acerca del geógrafo británico Mackinder, que defiende la tesis del poder terrestre basada en el dominio sobre el núcleo del continente eurasiático, entonces territorio de la Rusia zarista. Ratzel, Mahan y Mackinder influyen al general alemán Haushofer, que estigmatiza la geopolítica como arma del nazismo. Mientras que, en los Estados Unidos, la obra de Nicholas Spykman consolida la centralidad de la geopolítica en la elaboración de la política externa; y en la Europa, es solamente en 1976, con la publicación de *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, que la geopolítica es rescaté por Yves Lacoste, de esta vez para contribuir al avance de la democracia.

Palabras-clave: Historia de la Geopolítica; Escuelas Geopolíticas; Pensamiento Geopolítico.

Introdução: Ratzel e a geopolítica

O neologismo geopolítica é criado por Rudolf Kjellén (1846-1922). Esse jurista sueco, também professor de Ciência Política e História, escreve, em 1899, um artigo para a revista *Ymer*, denominado *Studier över Sveriges politiska gränser*, no qual o termo seria usado pela primeira vez, segundo Paul Claval (1994).

José William Vesentini (2000), entretanto, afirma que a primeira conceituação de geopolítica encontra-se no ensaio de Kjellén intitulado *As grandes potências* (1905), designando-a como a “análise do Estado como agente apropriador e controlador do espaço geográfico”.

Em 1916, Kjellén publica *L'État comme forme de vie*, obra em que define geopolítica como

⁸⁵ Doutora em Geografia pela UFU. Coordenadora do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (COSAE/CNPq). sandrarbraga@terra.com.br

“a ciência do Estado, enquanto organismo geográfico, tal qual se manifesta no espaço” (Kjellén, 1916 apud CHAUPRADE, 2001, p. 29), expressão que se torna célebre. Aroldo Azevedo (1955, p. 45) comenta essa obra:

Comparando o Estado com um ser vivo, Kjellén multiplicou-se numa série de analogias: o território seria o corpo, a capital representaria o coração e os pulmões, as vias de transporte corresponderiam às artérias e às veias, os centros de produção seriam as mãos e os pés. Segundo ele, o verdadeiro poderio do Estado resulta da existência de três condições essenciais: a) grande espaço; b) ampla liberdade de movimentos; c) perfeita coesão interna.

A teoria do Estado orgânico, no entanto, já se encontra presente em *Politische Geographie* (1897). De fato, é “a imagem organicista que conduz Ratzel a dar um grande espaço à ideia política”, afirma Paul Claval (1994, p. 21). Acertadas as contas com a história, Kjellén é menos uma influência que um influenciado, um tributário direto do pensamento de Friedrich Ratzel, o “pai da geografia humana”.

A obra desse professor de Geografia da Universidade de Leipzig, especialmente a partir de *Antropogeografia* (1882), “contém a primeira tentativa explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos”, afirma Antonio Carlos Robert Moraes (1990, p. 7).

É em *Politische Geographie* (1897), porém, que Ratzel se revela o precursor dos futuros estudos em geopolítica. Essa obra divide-se em nove partes, nas quais discute, basicamente, os laços entre solo e Estado e o crescimento espacial dos Estados ao longo da história humana. A Geografia Política é aí conceituada como a “geografia dos Estados, do comércio e da guerra” (RATZEL, 1987, p. 75).

Como afirma Claude Raffestin (1993, p. 16), “O Estado pode ser lido geograficamente, e Ratzel forneceu categorias para decifrá-lo”. Já para Azevedo (1955, p. 45), Ratzel fornece “um verdadeiro programa de governo para uma Nação imperialista”, ao associar o crescimento do Estado à expansão cultural de seu povo, de base comercial ou missionária. Aymeric Chauprade (2001, p. 29) considera, igualmente, que “ele é um dos primeiros geógrafos a propor os conceitos fundamentais de uma Geopolitik alemã”, dando-lhe uma linha de raciocínio e um método.

Membro da Liga Pangermânica (1890) e fundador do Comitê Colonial, Ratzel defendeu a formação de um império colonial alemão. A fronteira colonial, para ele, constituía um instrumental da expansão do Estado, empenhado em absorver áreas de valor político-econômico: planícies, cursos d’água, regiões litorâneas, produtoras de matérias primas:

As fronteiras não são concebidas senão como a expressão de um movimento orgânico ou inorgânico; as formações estatais elementares assemelham-se, evidentemente, a um tecido celular: em tudo se reconhece a semelhança entre as formas de vida que surgem da ligação com o solo (RATZEL, 1987, p. 59).

Muitos autores, tal qual Azevedo (1955, p. 45), observam que é fácil “*perceber, desde logo, que tais ideias serviam admiravelmente ao expansionismo prussiano, iniciado por Bismarck e continuado pelo imperador Guilherme II*”. Elas, todavia, influenciam muito mais que esses dois estadistas alemães, constituindo um precioso material teórico, utilizado por vários geopolíticos contemporâneos.

Apesar do sempre lembrado papel pioneiro da obra de Ratzel, duas teses clássicas do pensamento geopolítico são contemporâneas ou mesmo antecedem o autor alemão: a tese do poder marítimo, proposta pelo almirante norte-americano Mahan em 1890, e a tese do poder terrestre, exposta pelo britânico Mackinder em 1904.

Mahan e o poder naval

Paul Claval (1994, p. 35) informa-nos que “*os primeiros grandes debates geopolíticos referem-se ao papel do mar no progresso e na supremacia dos países anglo-saxões*”. O contexto histórico desses debates era determinado pela expansão territorial norte-americana (Figura 1). Em 1867, os Estados Unidos compram o Alasca, até então pertencente à Rússia. Em 1898, desenvolvem uma política imperialista acirrada, que inclui a guerra contra a Espanha pela posse de Cuba; a conquista de Guam e Porto Rico, Hawái e Filipinas.

A tese do poder marítimo, exposta em *The influence of sea power on history, 1660-1783* (1890), pelo almirante norte-americano Alfred T. Mahan, assume grande importância entre fins do século XIX e início do século posterior. Nessa obra, que se torna a bíblia dos defensores do destino manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte-americano, Mahan afirma que o controle das rotas marítimas é a chave da hegemonia mundial.

Em 1897, Mahan publica *The interest of America in sea power*, obra em que define a doutrina que julga mais conveniente para seu país, cujas estratégias são: a) associar-se com o poderio naval britânico no controle dos mares; b) conter a expansão continental e as pretensões marítimas da Alemanha; c) pôr em ação uma defesa coordenada de europeus e norte-americanos destinada a destruir as ambições asiáticas.

O almirante enlaça dados geográficos e históricos dos Estados Unidos, como a ausência de inimigos potenciais significativos nas fronteiras terrestres e a importância do comércio marítimo nas trocas econômicas internacionais, para propor a ampliação do controle dos mares como o grande objetivo de sua estratégia, cujo êxito é expresso na Figura 1.

ib., p. 44).

Mahan acreditava que o colonialismo constitui o “fardo do homem branco”, e que essa formidável esquadra naval deveria ser usada para “civilizar” o mundo. Isso não impede que, como os demais geopolíticos clássicos, seu objetivo seja “*defender os interesses dos países a que pertencem e descobrir justificativas para sua política imperialista*”, como afirma Azevedo (1955, p. 44). Na contracorrente do poder marítimo, emerge a tese do poder terrestre.

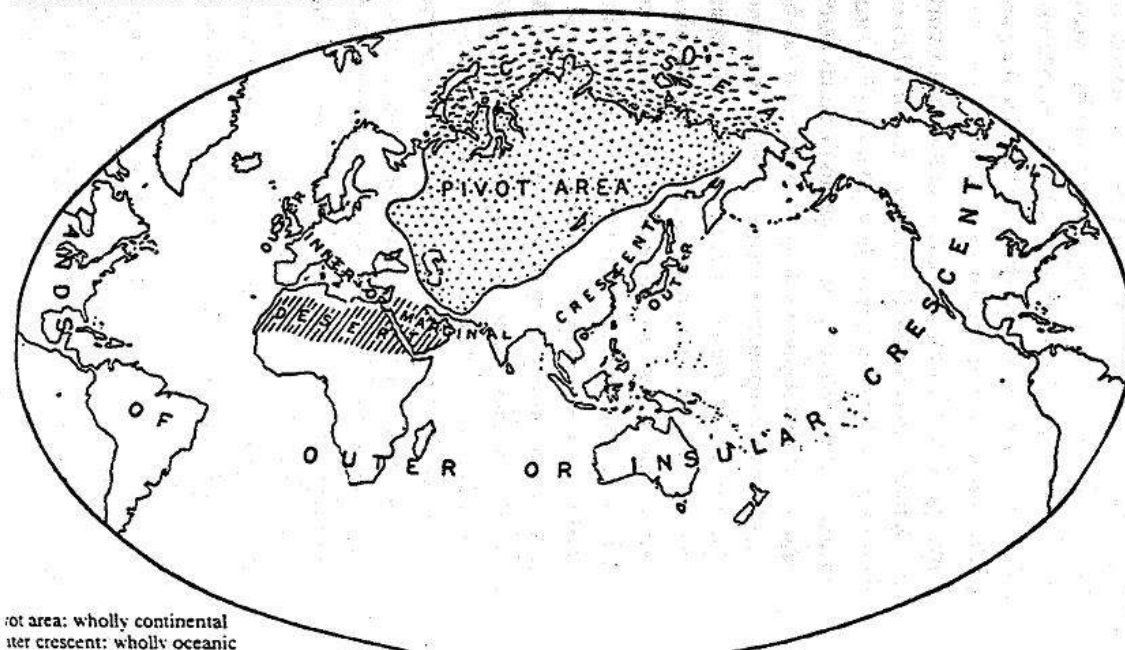
Mackinder e o poder terrestre

Halford Mackinder (1861-1947) põe em xeque a tese mahaliana ao atribuir à Área Pivô um papel estratégico na política de poder das grandes potências europeias. Ele lança essa ideia na conferência intitulada *The geographical pivot of history*, proferida em 25 de janeiro de 1904 na Real Sociedade Geográfica, e posteriormente reproduzida no *Geographical Journal* em edição do mesmo ano, em um artigo de 16 páginas, e que Karl Haushofer (s.d. *apud* WEIGERT, 1943, p. 129) classificaria como “uma obra-prima geopolítica”.

Para o geógrafo britânico, o amplo núcleo do continente euro-asiático, correspondente ao território da Rússia czarista, de imensos recursos, permite ao Estado que o controlar o desenvolvimento de um grande poder terrestre.

Figura 2 - O mundo segundo Mackinder (1904).

O MUNDO SEGUNDO MACKINDER (1904)



Fonte: Mello (1999, p. 49).

A Figura 2 reproduz o mapa apresentado por Mackinder na conferência, onde é possível observar a Área Pivô e seu entorno, compreendido por dois grandes arcos. O primeiro - Crescente Interno – representa o espaço natural de expansão do poder terrestre, em busca de um poder anfíbio e, ao mesmo tempo, corresponde à primeira linha de defesa do poder marítimo à época; formado pelos impérios alemão, austro-húngaro e turco, mais Índia e China. O segundo - Crescente Externo - refere-se à área de domínio do poder marítimo, onde se localizam suas grandes potências: Inglaterra, Estados Unidos e Japão, além dos domínios britânicos do Canadá, África do Sul e Austrália.

Leonel Itaussu Mello (1999, p. 16) afirma que, “*entrincheirado no coração do Velho Continente, esse poder terrestre auto-suficiente poderia resistir ao assédio e às pressões do poder marítimo, cujo raio de ação limitava-se às ilhas próximas e regiões costeiras da Eurásia*”.

Em 1919, no livro *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*, Mackinder reelabora o conceito de Área Pivô, flexibilizando os seus limites geográficos e passando a denominá-la *heartland*, terra-coração. Mackinder defende, nessa obra, a ideia de que os fenômenos geopolíticos podem ser explicados a partir da luta travada entre o *heartland* e os crescentes concêntricos que o circundam: “*Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo*” (MACKINDER, 1919 *apud* MELLO, 1999, p. 56).

Chauprade (2001, p. 49) entende que a obra de Mackinder se inscreve na linha da *Realpolitik*, inaugurada pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt, estabelecendo uma “*clivagem profunda entre a tradição geopolítica ligada no realismo e a tradição idealista ou ideológica, reencontrada em numerosos historiadores das relações internacionais*”. Entretanto, cabe frisar que essa contraposição, em se tratando de política norte-americana, é apenas aparente, já que a política externa é geopolítica e a política de comunicação é ideológica.

Mackinder (1919) reconsidera a relação entre massas continentais e oceânicas, passando a defender a ideia da unicidade das águas do planeta que formariam o *Midland Ocean* e englobaria toda a bacia do Atlântico Norte, seus mares subsidiários (Caribe, Báltico e Mediterrâneo), suas áreas insulares (Inglaterra, Islândia e Groelândia) e suas regiões marginais (Europa Ocidental e leste da América do Norte):

Dessa proposta nasce meu segundo conceito geográfico, o de *Midland Ocean* - o Atlântico Norte -, com seus mares dependentes e as bacias de seus rios. Sem entrar nos pormenores dessa noção, permitam-me apresentá-la em seus três elementos: uma cabeça-de-ponte, na França, um aeródromo protegido por fossos (os mares e canais circundantes), na Inglaterra, e uma reserva de forças bem adestradas, de recursos agrícolas e industriais, no leste dos Estados Unidos e Canadá (MACKINDER, 1919, *apud* MELLO, 1999, p. 66).

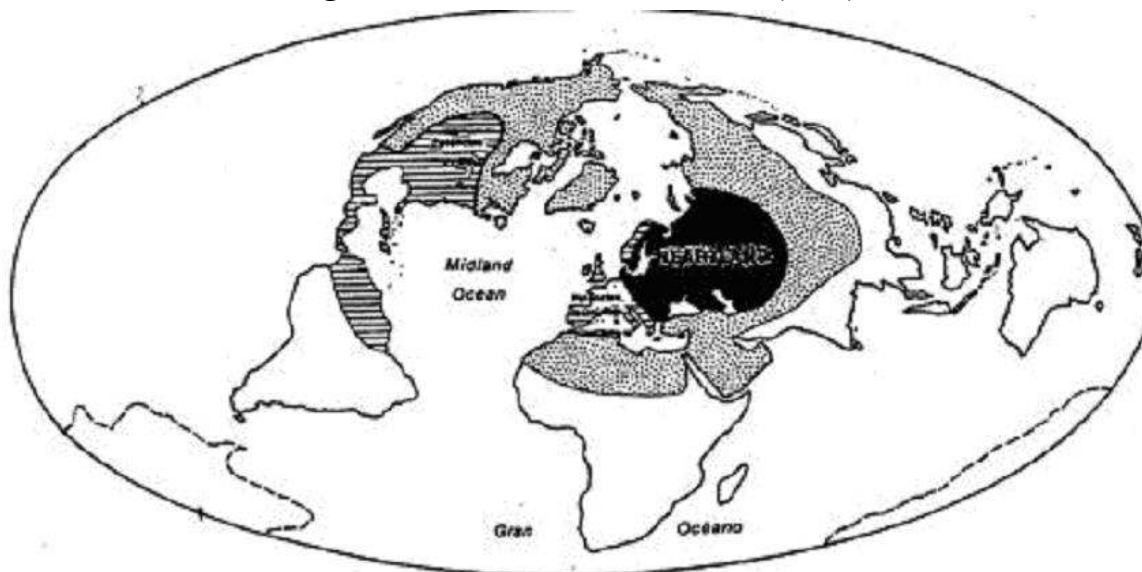
O pensamento geopolítico e geoestratégico de Mackinder é aparentemente marcado pelo determinismo geográfico. Entretanto, é interessante notar, como Chauprade (2001, p. 47), que:

(...) em Mackinder, a centralidade geopolítica do *heartland* não é invariável no tempo; a centralidade é, ao contrário, o resultado da história, à medida que é a técnica humana – caminhos férreos, vias de comunicação, exploração de recursos energéticos – que dá a supremacia estratégica à imensidão terrestre em detrimento do domínio dos oceanos.

Para Mackinder, a permanência do poder marítimo anglo-americano se baseia no enfraquecimento dos poderes emergentes na Eurásia. Impedir a união entre a Alemanha e a Rússia bolchevique tornava-se um imperativo, que o próprio Mackinder assumiria diretamente no campo diplomático ao redesenhar as fronteiras europeias após a Primeira Guerra. Destarte, ele reforça as ações políticas da França no sentido de instituir um cordão sanitário entre esses dois países. Disso deriva a criação da Polônia, Tcheco-Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia, a partir de territórios desmembrados dos impérios russo, alemão, austríaco e turco.

As profundas mudanças de conjuntura internacional no período entre guerras, não passam despercebidas a Mackinder. No artigo *The round world and the winning of the peace* (1943), Mackinder revê o mundo, acossado por duas grandes guerras e pelo estabelecimento de uma ordem bipolar. O *heartland* torna-se muito menor que a Área Pivô, passando de 23 milhões a 13 milhões de km² (Figura 3). Claval (1994) entende, porém, que Mackinder se mantém nesse opúsculo fiel à sua ideia-chave de oposição de um núcleo central a uma periferia.

Figura 3 - O mundo de Mackinder (1943).



Fonte: Mello (1999, p. 67).

A obra de Mackinder não caiu no esquecimento com o fim do século XX, como se poderia supor. Para Mello (1999), Mackinder é o iniciador de uma linha do pensamento geopolítico de

extrema validade para o entendimento do mundo atual. Três de suas formulações são particularmente relevantes: a) o mundo como um sistema fechado, um enunciado pioneiro em 1904; b) a visão histórico-geográfica da luta permanente entre os poderes marítimo e continental, que influencia inúmeros autores, como Raymond Aron, que analisando o universo da Guerra Fria fala em uma contraposição do urso (o poder terrestre cristalizado no Estado soviético) à baleia (o poder marítimo pertencente aos Estados Unidos); e c) as conceituações geoestratégicas que resultam na política de contenção norte-americana e nas alianças militares dos Estados Unidos no presente.

Mackinder tem outros atributos que lhe valem a perpetuidade da memória. Ele assumiu um papel decisivo na introdução da geografia moderna no sistema educacional britânico. À Geografia ele consagrará sua longa vida de professor universitário, de político e de homem de ação:

Sob sua forma moderna, a disciplina parece-lhe indispensável à formação de cidadãos responsáveis por um grande império. Ele se bate então por sua introdução no ensino primário e secundário. Em 1887, torna-se o primeiro geógrafo nomeado em uma universidade britânica e funda, em Oxford, a Escola de Geografia, financiada até 1924, pela Real Sociedade Geográfica (CLAVAL, 1994, p. 37).

A admiração de Claval (1994) pela pessoa e obra de Mackinder não foi compartilhada por Azevedo (1955, p. 46), que crê que sua tese da Área Pivô “*não teve praticamente nenhuma repercussão no Mundo Britânico, mas foi desenvolvida e aproveitada, na década de 1920-1930, pelo Major General Karl Haushofer*”.

No entanto, a história daria a Mackinder uma relevância bem maior do que previra Azevedo (1955). Os conceitos mackinderianos de *world island* e *heartland* rapidamente foram difundidos nos estudos geopolíticos em todo o mundo; seu pensamento está presente em Nicholas Spykman, Zbigniew Brzezinski, Samuel Huntington, Raymond Aron e outros geopolíticos contemporâneos.

Todavia, como assevera Mello (1999, p. 77), “*não é segredo de iniciados o quanto o general-geógrafo alemão é tributário do geógrafo britânico, já que o próprio Haushofer por diversas vezes reconheceu publicamente seu débito intelectual com Mackinder*”.

Haushofer e a geopolítica do nazismo

Haushofer (1869-1946) e sua *Zeitschrift für Geopolitik (Revista de Geopolítica)* são os grandes responsáveis pela difusão das ideias geopolíticas e por sua associação ao nazismo.

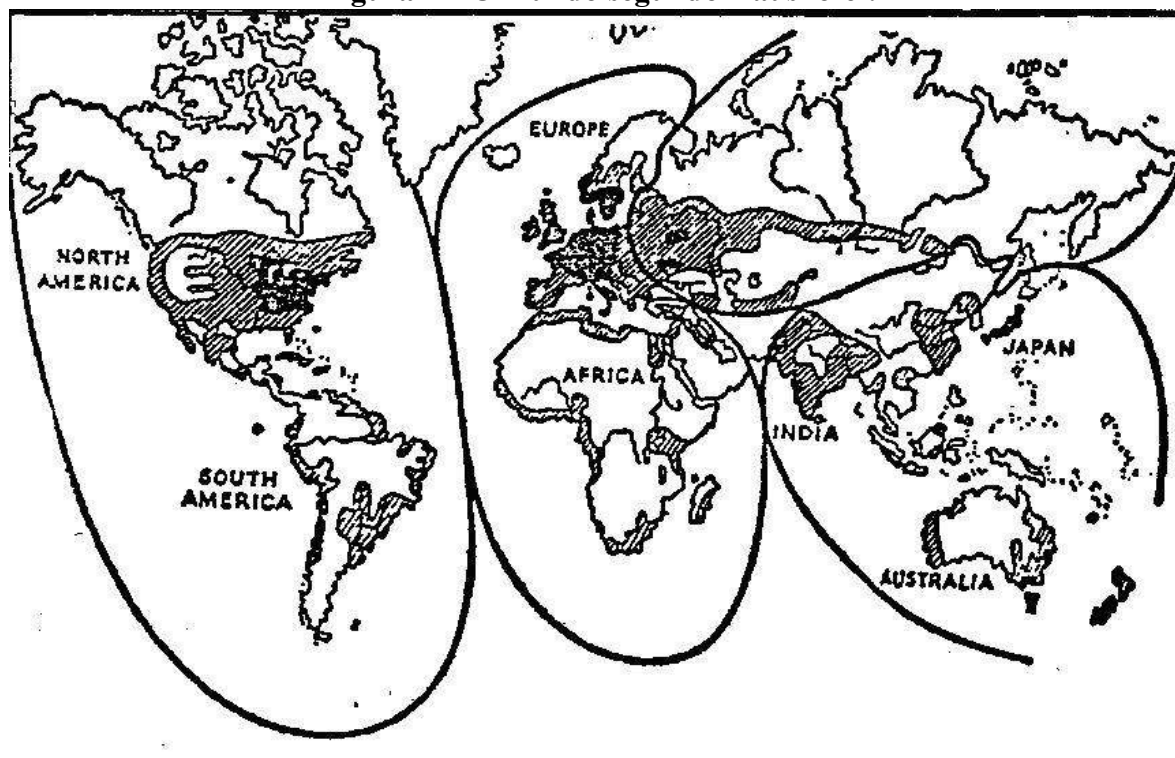
A revista publicada na Alemanha entre 1924 e 1944, tem a colaboração de militares, geógrafos, cientistas políticos, historiadores e economistas. Inicialmente com uma tiragem de mil exemplares mensais, alcança mais de cinco mil na década de 1930, sendo 25% de seus leitores estrangeiros. Entre as ideias apregoadas pela revista estariam: a de “espaço vital” (a necessidade de novos territórios para a Alemanha na Europa Central), a de superioridade da raça ariana e do destino

manifesto alemão em uma nova ordem mundial ideal:

Sem esses personagens, que logicamente foram impulsionados por determinados aspectos do clima intelectual da República de Weimar e da Alemanha nazista (Berlim como a “nova Paris” nos anos 20 e 30, ressentimento alemão contra os tratados de pós-Primeira Guerra Mundial, misticismo, radicalização nacionalista, ênfase na raça e na busca do seu “espaço justo” etc.), a geopolítica provavelmente teria conhecido um destino diferente, seria tão-somente mais uma das inúmeras propostas malogradas para “uma nova ciência” (VESENTINI, 2000, p. 20).

Haushofer esboça uma ordem mundial “ideal”, com quatro blocos continentais: a zona alemã (Europa menos Rússia, a África e o Oriente Médio); a zona norte-americana (o continente americano); a zona russa (Rússia mais sul da Ásia); e a zona japonesa (Extremo Oriente, Sudeste Asiático e Oceania).

Figura 4 – O mundo segundo Haushofer.



Fonte: Mello (1999, p. 81).

Haushofer (1986) defendia ideias sobre a unidade geográfica, étnica e civilizatória de uma comunidade humana, que permitiriam compreender os grandes choques geopolíticos que contrapõem Alemanha, Estados Unidos, Rússia e Japão. Essa ordem mundial é uma adaptação das ideias de Mackinder aos interesses alemães, onde deveria constituir em torno da Grande Alemanha uma área de domínio na Europa Central e Oriental:

Para Haushofer, [...] a geopolítica é uma reflexão sobre os aspectos espaciais da ação política. [...] Ela não demanda conhecimentos gerais e leis. Ela está destinada a

formar os responsáveis pela tomada de decisões e a informar a opinião pública dos problemas reais que conhecem os diferentes países e das soluções que se lhes pode propor (CLAVAL, 1994, p. 26).

A *Zeitschrift für Geopolitik* funciona como o grande fórum de debates de todos aqueles que se apaixonam por essas questões. Hans Weigert (1943) chega a mencionar um Instituto de Munique, que nunca existiu de fato, tal é a coerência e a unicidade entre as ideias de Haushofer e dos colaboradores de sua revista:

Haushofer e seu Instituto de Munique com seus mil cientistas, técnicos e espões são quase desconhecidos do público, e até mesmo no III Reich. Porém, suas ideias, cartas geográficas, mapas, estatísticas, informação e planos ditaram os movimentos de Hitler desde o começo. [...]. O Instituto de Haushofer não é mero instrumento a serviço de Hitler. É exatamente o contrário. O Dr. Haushofer e seus homens dominam o pensamento de Hitler (THE READER'S DIGEST, 1941, apud WEIGERT, 1943, p. 19-21 *passim*).

Entretanto, a identificação das ideias de Haushofer com o expansionismo da Alemanha nazista é algo controverso. No pós-guerra, criou-se uma verdadeira linha de pesquisa cujos trabalhos tentaram provar que Haushofer era o mentor intelectual de Hitler e co-autor da obra *Minha luta*.

Para Azevedo (1955, p. 46), Haushofer é “*um dos sustentáculos da política expansionista de Adolf Hitler*”. Já Mello (1999), afiança que há uma ascendência da obra de Mackinder sobre Haushofer, mas não uma influência de Haushofer sobre a política de Hitler.

Claval (1994, p. 27-28), porém, parece mais sensato quando afirma que “*A geopolítica alemã não se confunde com o nazismo. A reflexão geopolítica desenvolve-se antes que se comece a falar de Hitler. As posições estratégicas que defende a Zeitschrift für Geopolitik têm a aprovação da maioria dos alemães*”.

De fato, em *Minha luta*, Hitler (1962) assevera apenas que o inimigo mortal do povo alemão é a França, não o poderio marítimo britânico. Mello (1999, p. 87) cita, mesmo, as propostas de aproximação diplomática feitas pelo III Reich à Grã-Bretanha de W. Churchill: “*O projeto hitlerista de obtenção de um ‘espaço vital’ alemão no Leste Europeu não só excluía a aliança com a Rússia como tornava inevitável uma guerra sem quartel contra o Estado soviético*”.

Mas essa ação diplomática alemã era contrária às ideias haushoferianas, que tomam a Grã-Bretanha como o grande inimigo (o poder marítimo), contra o qual devia se voltar uma coalizão entre Rússia, Japão e Alemanha, em uma aplicação germânica das proposições prático-teóricas de Mackinder.

Para Vesentini (2000, p. 22), independentemente de um possível elo entre as ideias de Haushofer e as ações de Hitler, “*isso tudo não apaga o teor expansionista da Geopolitik*”, que afirmava que a ordem mundial “*era injusta devido à pouca presença da Alemanha, um candidato*

‘natural’ (pela engenhosidade da raça, que seria intelectualmente superior e destinada a comandar) a ser uma grande potência mundial”.

O próprio Claval (1994, p. 28) apontara a cumplicidade entre a revista de Haushofer e o nazismo: *“A revista saudou a chegada ao poder dos nacionais socialistas e sustentou sem hesitação o regime hitleriano bem depois do início da Segunda Guerra Mundial. Ela abriu suas colunas a geógrafos que defendiam posições racistas”.*

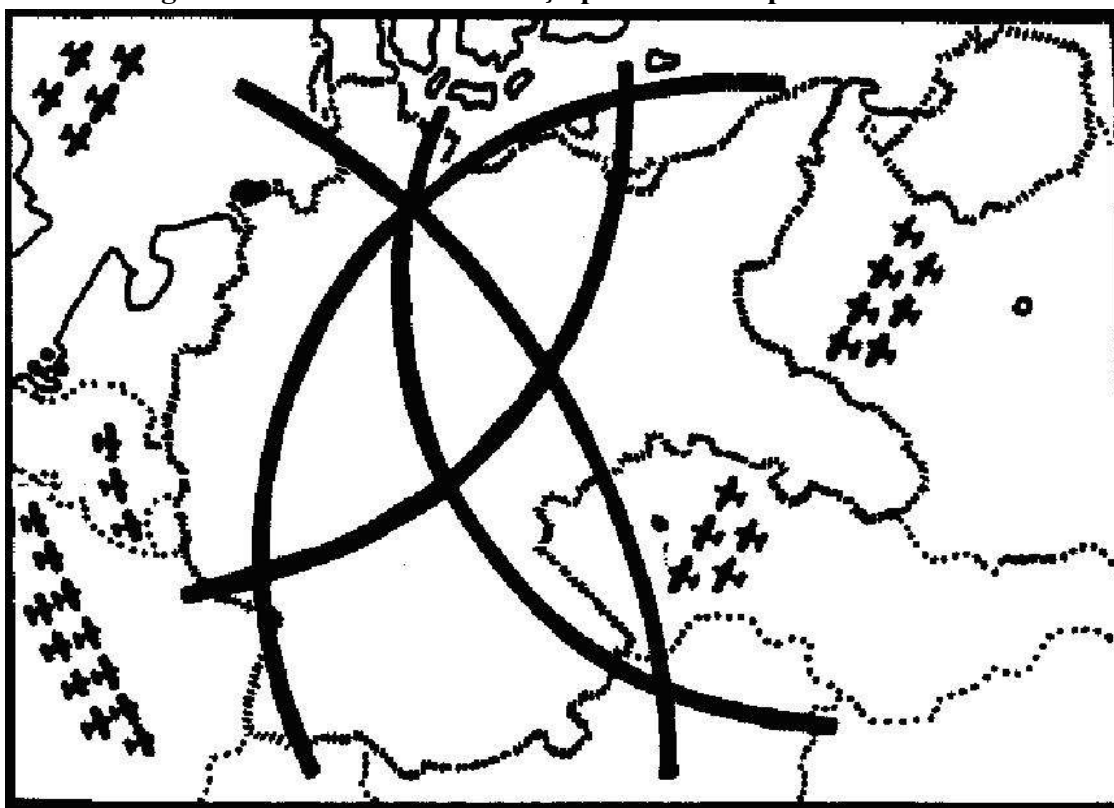
Haushofer, todavia, pagaria um alto preço pela adesão à política nacional-socialista: casado com uma judia, ele terá um filho morto pelos nazistas em 1944. Perseguido por eles após a deserção de Rudolf Hess, seu amigo pessoal, chega a ser internado em Dachau, segundo nos informa Meyer (1986):

Porque elas se inscrevem no contexto de uma época trágica, a vida e a obra de Karl Haushofer ilustram a imensa incompatibilidade entre o progresso geopolítico destinado a fundar uma *Realpolitik* impermeável aos desvios ideológicos, e o avanço hitleriano, produto de prejulgamentos ideológicos do totalitarismo nazista. A geopolítica de Haushofer conduz certamente a uma visão conflituosa do mundo, mas ela permanece antes de tudo concreta, ou seja, não ideológica e realista (CHAUPADRE, 2001, p. 38).

A “cartografia geopolítica” da revista de geopolítica alemã é exemplificada na Figura 5, na qual aviões e tropas estrangeiras dão a impressão de um cerco à Alemanha, de um país prestes a ser invadido. Representações como essa contribuem, em larga medida, para a formação da “psicose do confinamento” alemão, na expressão de Claval (1994). E, ainda,

Assim pode-se questionar se as representações geopolíticas, construídas por Karl Haushofer e lançadas no contexto de um grande movimento patriótico, antes de ser retomadas pelos nazistas não contribuíram, em uma larga medida, para que o povo alemão em 1944-1945 se lançasse à beira da tragédia (LACOSTE, 1993, p. 19).

Figura 5: Área limite de ameaça por aviões de países vizinhos.



Fonte: Vesentini (2000, p. 22).

Para Chaupadre (2001, p. 35), Haushofer seria o principal discípulo de Ratzel e teria utilizado o instrumental teórico-metodológico deste para construir uma geopolítica destinada a “libertar” a Alemanha da posição subalterna que ocupa na cena internacional após o Tratado de Versalhes, firmado em 28 de junho de 1919. Ela reafirmaria o sentimento de pertencimento dos alemães a uma comunidade civilizatória (o *Deutschtum*) e favoreceria a criação de um espaço onde eles pudessem explorar livremente suas potencialidades (o *Lebensraum*), em uma visão pragmática que rompe com o cientificismo que já domina o início do século XX.

A geopolítica de Haushofer pouco difere daquela de Mackinder, voltando-se para a constituição de um poder terrestre com vistas a suplantar a hegemonia do poder marítimo da Inglaterra, algo indiferente para a política externa de Hitler. Apesar disso, essa problemática alicerça o debate sobre a própria validade da geopolítica como ferramenta de (re)conhecimento do mundo:

Geopolítico sob a Alemanha hitleriana, bem mais que geopolítico da Alemanha hitleriana, Haushofer contribuiu, não obstante, para desqualificar a geopolítica e torná-la infrequente, tanto que ela só reaparecerá nos anos 1970, inicialmente nos Estados Unidos, na França a seguir (CHAUPADRE, 2001, p. 38).

O fato é que a pretensa associação dessa revista ao expansionismo nazista determina o banimento da geopolítica da vida intelectual europeia. Entretanto, ela é retomada, nos Estados Unidos, por Nicholas John Spykman.

Spykman e a Teoria da Contenção

Nicholas Spykman, que nasce em Amsterdam, em 1893, morre nos Estados Unidos, em 1943. Entre 1935 e 1940, dirige o Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Yale, e seria considerado um dos pais da escola geopolítica estadunidense. Para Spykman, essa representa o estudo prospectivo de uma política de segurança, à qual são indissociáveis as características da região em que tal segurança era tensionada. Assim, trata-se, não de uma ciência para a guerra - como seria a de Haushofer - mas para a paz, uma paz tutelada, por certo, pelos Estados Unidos.

Spykman deixa apenas dois livros: *America's Strategy in World Politics*, publicado em 1942, e *The Geography of the Peace*, editado em 1944, apenas um ano após sua morte. Entretanto, sua obra baliza o pensamento geoestratégico norte-americano da segunda metade do século XX ao início do século seguinte.

Spykman (1942, p. 18) afirmava que "*the improvement of the relative power position becomes the primary objective of the internal and the external policy of states*" relaciona o poder aos objetivos "*geographic, demographic, racial, ethnic, economic, social and ideological in nature*". O estudo das inter-relações entre espaço e poder visa à antecipação e racionalização da estratégia dos países para além de suas fronteiras nacionais.

Modificando a tese central de Mackinder, Spykman afiança que, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o *heartland*, mas quem é capaz de cercá-lo. Tal cerco tipifica a política externa estadunidense a partir da Guerra Fria e é conhecido como Teoria da Contenção. Para Spykman, o *heartland* deve ser bloqueado em suas fimbrias, de modo a impedir a expansão do poder terrestre. Neste contexto, a Guerra Fria pode ser entendida como zona de atrito entre a teoria de Spykman e a de Mackinder.

Para conter o poder do *heartland* é criada, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que ocupa as fimbrias do oeste da Eurásia. Com o objetivo de constituir uma frente de oposição ao bloco socialista, a OTAN tem como membros fundadores: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. Já a Organização do Tratado Central (OTCEN, 1955-1976), aliança militar fundada por Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido, protegia o centro-sul da Eurásia; enquanto a Organização do Tratado do Sudeste da Ásia (OTASE, 1954-1977), estabelecida em Bangkok (Tailândia), e formada por Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Grã-Bretanha e Estados Unidos, visava a bloquear os avanços comunistas no sudeste da Ásia. Essas organizações militares usam partes das forças armadas de cada país-membro para manobras militares conjuntas anuais: eis o urso do *heartland* acuado em seu núcleo.

José Luís Fiori (2008) afirma que, os acordos de Bretton Woods e a formulação da doutrina

Churchill-Truman, materializam a aliança estratégica anglo-americana como proposta por Spykman, de forma a gerir o mundo no pós-guerra. No bojo dessa geopolítica está a reconstrução e proteção da Alemanha pelos Estados Unidos no pós-guerra, com a finalidade de contenção da União Soviética, bem como do Japão, para enfrentar a ameaça da China.

Fiori (2008) chama a atenção para o grande espaço que esse autor dedica à “luta pela América do Sul”. Spykman (1942) define o continente americano, do ponto de vista geopolítico, como primeira e última linha de defesa da hegemonia mundial dos Estados Unidos, e parte de uma separação radical entre as Américas Anglo-Saxônica e Latina, cujo nome comum evocaria uma similitude entre as duas que efetivamente não existiria.

Spykman divide o “mundo latino” em duas regiões do ponto de vista da estratégia norte-americana no subcontinente: a “América Mediterrânea”, que inclui México, América Central e Caribe, além de Colômbia e Venezuela; e a “América do Sul” ao sul da Colômbia e Venezuela. A primeira seria uma zona de inquestionável supremacia dos Estados Unidos, posto que México, Colômbia e Venezuela são incapazes de se transformar em grandes potências e ficariam sempre numa posição de absoluta dependência dos Estados Unidos.

Destarte, qualquer ameaça à hegemonia americana na América Latina somente poderia vir de Argentina, Brasil ou Chile, a “região do ABC”. Para Spykman (1942), esses países latino-americanos sempre considerariam os Estados Unidos como o “Colosso do Norte”, um perigo cujo poder poderiam tentar contrabalançar por intermédio de uma ação comum ou do uso de influências de fora do hemisfério.

Para impedir que a quebra de hegemonia se conformasse, os Estados Unidos, a partir da década de 1960, semearam ditaduras militares por toda a “região do ABC” e alhures. Onde, de fato, em toda a América Latina, apenas Cuba, a partir de 1959, coloca-se como entrave à completa supremacia norte-americana na região, crime para o qual não há perdão, como nos informa Fiori (2008, p. 4):

No auge da crise econômica provocada pelo fim de suas relações preferenciais com a economia soviética, entre 1989 e 1993, os governos de George Bush e Bill Clinton tentaram um xeque-mate contra Cuba, proibindo as empresas transnacionais norte-americanas, instaladas no exterior, de negociarem com os cubanos e, depois, impondo penalidades às empresas estrangeiras que tivessem negócios com a ilha, através da Lei Helms-Burton, de 1996. Essa posição permanente dos Estados Unidos não autoriza grandes ilusões, neste momento, de mudanças nos dois países. Do ponto de vista americano, Cuba lhes pertence e está incluída na sua “zona de segurança”. Por isto, o objetivo principal dos Estados Unidos, em qualquer negociação futura, será sempre o de fragilizar e destruir o núcleo duro do poder cubano.

Os Estados Unidos, ancorados na Teoria da Contenção de Spykman, atribuem-se direitos de intervenção em caso de “ameaça externa”; de “desordem econômica” e de “ameaça à democracia”.

Para tanto, continuam a armar-se apesar da “ameaça comunista” – o grande mote do contencionismo estadunidense - não mais existir, bem como o Pacto de Varsóvia (1955-1991) que a sustentava. Entretanto, a OTAN continua em franco processo de expansão, no qual dos 12 membros iniciais, hoje tem quase 40.

Assim, qualquer análise criteriosa da política externa estadunidense no último século desvela a atualidade e valor explicativo da obra de Spykman. Tal *revival* da geopolítica no pós-guerra não tem correspondente na Europa que a viu nascer.

Yves Lacoste et la nouvelle géopolitique

Pari passu, na Europa, rancor e desconfiança perpassam a história da geopolítica no pós-guerra, estigmatizada pela associação à política expansionista do nacional-socialismo. José William Vesentini (1992, p. 61) assim caracteriza essa geopolítica:

Em resumo, a geopolítica é o discurso, indissociável de propostas de ação do poder político, que procura representar o ponto de vista de um Estado nacional sobre a construção do espaço, tanto no nível dos interesses desse Estado na ordem internacional como ao nível dos arranjos espaciais no interior do país. Ao assumir, por princípio, a perspectiva do Estado nacional e ao obliterar a divisão do social, considerando o Estado acima dos interesses particulares, esse discurso mostra-se como instrumento da dominação, como saber e técnica de ação política apropriada ao exercício do poder (via espaço) dos grupos ou da classe que detém a hegemonia no conjunto do Estado.

Uma nova perspectiva geopolítica surge em 1976 com o lançamento de *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (*A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*), por Yves Lacoste – e com o lançamento da revista trimestral *Hérodote*, todos na França.

Os primeiros números da *Hérodote* atêm-se às questões internacionais, mormente àquelas envolvendo fronteiras e conflitos interétnicos, preocupações clássicas da Geografia Política. Entretanto, a partir de *D'autres géopolitiques* (edição n. 25), afirma-se a geopolítica como instrumental adequado às lutas emancipatórias dos povos coloniais ou para a independência regional.

De início, a revista de Lacoste mantém as preocupações clássicas da Geografia Política, de resto inauguradas por Ratzel: as questões internacionais, mormente aquelas envolvendo fronteiras e conflitos interétnicos. Mas, ao contrário da matriz estatista do pensamento ratzeliano, Lacoste (1993, p. 18-27 *passim*) assevera que há outras representações geopolíticas que desencadeiam mudanças nos territórios:

O Estado-nação não é mais a única representação geopolítica e se sofre a concorrência de outras representações muito mais vastas e mais fluidas ou ao contrário mais restritas e mais precisas, mais elas também carregadas de valores. [...] As relações poder-território não são mais somente obra de chefes de Estados e de

seus conselheiros, mas também dos militantes que, por meio de movimentos locais ou de associações, animam pequenos grupos de homens e mulheres, para a defesa do progresso, a salvaguarda do patrimônio ou o controle da população de certos guetos que se proclamam “autônomos”.

Nesse sentido, Lacoste (1976, p. 261) desvela que

(...) o raciocínio geopolítico não é por essência, “de direita” ou “de esquerda”. É um instrumento conceitual que permite apreender toda uma margem da realidade. Evidentemente, como o raciocínio histórico, ele é utilizado por homens que não são espíritos puros; eles têm, cada um, sua preferência ideológica e sustentam, mais ou menos conscientemente, certas causas. Sem dúvida, os nazistas deram grande destaque à geopolítica, por causa de uma certa argumentação geopolítica, mas eles utilizaram, da mesma forma, argumentos históricos ou biológicos para fundamentar suas pretensões. Não se desqualificou a história ou a biologia por causa disso, mas proscreeu-se a geopolítica.

A geopolítica é relida num novo contexto de maior liberdade de expressão, o que significa entender o Estado não mais como único poder a controlar o espaço geográfico, mas as rivalidades territoriais entre diferentes tipos de poderes, redesenhando esses territórios. A possibilidade de debater as disputas entre os Estados e aquelas internas ao território nacional modifica os territórios:

Mostrar os recortes existentes entre o desenvolvimento da democracia e o aparecimento de fenômenos especificamente geopolíticos não deve deixar crer que esses últimos evoluem necessariamente como a opinião pública americana durante a guerra do Vietnã. Ao contrário, rivalidades territoriais podem ser terrivelmente exacerbadas, se suas representações - ao menos em um dos “campos” que se enfrentam - são construídas de forma particularmente impressionante e se, em um certo contexto político, elas são difundidas pelas mídias e pelos dirigentes de forma tão forte e profunda no interior de um grupo ou de um povo que esse grupo ou esse povo as integre como valores supremos (LACOSTE, 1994, p. 19).

Essa nova geopolítica se “desenvolveu nos debates abertos aos cidadãos (por vezes propostos por eles) de uma cidade, região ou de um Estado-nação acerca de problemas (ligados ao território de uma forma ou de outra) que afetam seu cotidiano”, como lembra Vânia Vlach (1997, p. 762).

O crescente respaldo das contribuições analíticas dessa revista de geografia e de geopolítica faculta a abertura do programa de doutoramento em Geopolítica da Universidade de Paris VIII e a fundação do *Centre de Recherches et d'Analyses Géopolitiques* (CRAG), em 1989, a partir dos quais novas concepções se consolidam.

Considerações finais

As geopolíticas clássicas são muitas, havendo por certo ao menos uma para cada Estado imperialista. Os geopolíticos clássicos, usualmente, desempenham o papel de conselheiros do príncipe, exercendo forte influência sobre a política externa dos Estados centrais.

Assim, as premissas de Mahan preparam os Estados Unidos para a conquista de Porto Rico e das Filipinas (1898), a instauração do protetorado sobre Cuba e a abertura do canal do Panamá (1914) que facultam a união das frotas do Atlântico e do Pacífico.

Mackinder consegue nas negociações de paz da Primeira Guerra criar o “cordão sanitário” para isolar Alemanha e União Soviética, mas que termina no após Segunda Guerra por se constituir em um caminho para a expansão da União Soviética que, ultrapassando os novos Estados-tampões (Polônia, Tcheco- Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Romênia), agrega inclusive parte da Alemanha.

Paradoxalmente, Haushofer, aquele que estigmatizou a geopolítica como arma do fascismo, foi quem exerceu menor influência sobre a política externa de seu país. O expansionismo nazista se dá em clara oposição àquilo que julgava mais conveniente para seu país: unir-se à Rússia para dominar o *heartland* e se opor ao poder marítimo anglo-americano.

Foram quatro geopolíticos não-germânicos - Ratzel, Kjellén, Mahan, Mackinder – que influenciaram o general alemão Karl Haushofer e os demais colaboradores da *Zeitschrift für Geopolitik*. Essa revista, que perdurou por duas décadas, abordou temas como o “espaço vital”, o destino nacional diante da humanidade e a ordem mundial ideal. A (questionável) associação dessa revista ao projeto expansionismo nazista determina o banimento da geopolítica da vida intelectual europeia, mas tal não é a situação dos Estados Unidos, onde Nicholas Spykman, conquanto teórico da Estratégia de Contenção, proporcionou uma nova baliza para a política externa daquele país e que prossegue, de certa forma, até os dias atuais.

Já na Europa, durante os “trinta anos dourados” que se seguem à Segunda Guerra, a geopolítica permaneceu nas trevas. É apenas em meados da década de 1970 que é resgatada por Yves Lacoste, desta vez como instrumental para o avanço da democracia.

Referências

AZEVEDO, Aroldo. Geografia a serviço da política. In **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 21, out. 1955, p. 42-68.

CHAUPRADE, Aymeric. **Géopolitique: constantes et changements dans l’histoire**. Paris: Ellipses, 2001.

CLAVAL, Paul. **Géopolitique et géostratégie: la pensée politique, l’espace et le territoire au XXe siècle**. Paris: Nathan, 1994 (Col. Géographie).

FIORI, José Luís. **Sistema Mundial, América do Sul, Brasil e Estados Unidos: seis pontos para uma breve discussão**. Exposição realizada no Ciclo de Seminários “Políticas Públicas em Debate” em 28 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/segundo_seminario/Exposi%C3%A7%C3%A3o%20do%20%20Prof%20%20Jos%C3%A9%20Luis%20Fiori.pdf>. Acesso em 20 set. 2010.

HAUSHOFER, Karl. **De la géopolitique**. Tradução de André Meynier. Paris: Fayard, 1986.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

LACOSTE, Yves. **Dictionnaire de géopolitique**. Paris: Flammarion, 1993.

_____. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Edusp; Hucitec, 1999. (Col. Geografia: teoria e realidade, 45)

MEYNIER, André. Karl Haushofer: une esquisse biographique (introduction). In **De la géopolitique**. Paris: Fayard, 1986. p. 43-93.

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. (Col. Grandes cientistas sociais, 59)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **La géographie politique: les concepts fondamentaux**. Paris: Fayard, 1987. (Col. Géopolitiques et stratégies)

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

SPYKMAN, Nicholas John. **The Geography of the Peace**. New York: Harcourt, Brace and Company 1944.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2000.

VLACH, Vania Rúbia Farias. **La formation d'un grand Etat et la construction de l'unité nationale du Brésil**. 796 f. Tese (Doutorado em Geopolítica). Universidade de Paris VIII, Paris, 1997.

WEIGERT, Hans. **Geopolítica: generales y geógrafos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.